

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**  
**GRADUAÇÃO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

ANA LUÍZA SILVA TEIXEIRA  
GABRIELLA VALENTE CACHAPUZ  
LAÍS BENEVENUTO DE AZEVEDO  
MILENA MARIA DE OLIVEIRA

**POLÍTICA EXTERNA PARA QUEM?**  
UMA ANÁLISE DA REPERCUSSÃO DO GOVERNO BOLSONARO SOBRE OS FUNDOS DE  
PRESERVAÇÃO DA AMAZÔNIA

UBERLÂNDIA  
2021

**Resumo**

O presente artigo visa explorar a relação da política externa brasileira com a obtenção ou perda de apoio para fundos internacionais de preservação da Amazônia. Ao longo do trabalho, nos propomos a revisar a dinâmica de funcionamento do Fundo Amazônia e das doações recebidas pelo Brasil durante os governos recentes até o de Jair Bolsonaro, além de estudar como e onde esses fundos são aplicados, bem como responder à seguinte questão: por que e como a política externa do governo Bolsonaro tem afastado investidores internacionais do financiamento de fundos para a Amazônia? Quanto à metodologia do trabalho, será realizada uma recolha bibliográfica e documental acerca do tema, com análise de dados qualitativos de documentação indireta, bem como uma análise comparativa do volume de doações recebidas por cada governo. Além de retratarmos como os governos anteriores e o atual se posicionaram em relação à preservação ambiental, sobretudo no que diz respeito à floresta Amazônica, será analisada a repercussão das ações da política externa ambiental de Bolsonaro, além de salientar seus impactos na percepção internacional sobre a gestão de preservação da floresta.

**Abstract**

This article aims to explore the relationship of Brazilian foreign policy with obtaining or losing support for international funds for the preservation of the Amazon. Throughout the work, we propose to review the functioning dynamics of the Amazon Fund and the donations received by Brazil during the recent governments up to that of Jair Bolsonaro, in addition to studying how and where these funds are applied, as well as answering the following question: why and how has the Bolsonaro government's foreign policy kept international investors from financing funds for the Amazon? As for the methodology of the work, a bibliographic and documentary collection on the topic will be carried out, with analysis of qualitative data from indirect documentation, as well as a comparative analysis of the volume of donations received by each government. In addition to portraying how the previous and current governments have positioned themselves in relation to environmental preservation, especially with regard to the Amazon rainforest, the repercussions of Bolsonaro's environmental foreign policy actions will be analyzed, in addition to highlighting their impacts on the international perception of the forest preservation management.

## **Palavras-chave**

amazônia; fundo amazônia; política externa; financiamento internacional

## **Keywords**

amazonia; amazon fund; foreign policy; international financing

## **I - Introdução**

Que a Amazônia é um assunto debatido com bastante frequência na política brasileira não podemos discordar. Ao longo das décadas, principalmente após a definição das fronteiras do Brasil, a floresta foi assunto de diversos governos que traziam visões diversas no que tangia o uso de suas propriedades. As primeiras discussões, constatamos, com nenhuma surpresa, foram acerca das possibilidades de aproveitamento da floresta e de seus recursos para impulsionar a economia brasileira. Mas ao longo dos anos, com a crescente preocupação mundial sobre as condições climáticas e o aquecimento global, surgiram e multiplicaram-se as discussões sobre a sua preservação.

Os avanços em favor da conservação da floresta ocorreram de maneira bastante lenta, e os últimos resultados significativos em prol desse objetivo, embora não suficientes, foram presenciados nos governos Lula e Dilma. Após isso, é perceptível um movimento de retrocesso em relação a essas políticas. O governo Bolsonaro instaurou-se como uma afirmação do que vinham observando os estudiosos e especialistas de política ambiental. O atual presidente demonstra em seus discursos e em suas ações o total desinteresse e descaso com a preservação ambiental, dando início a um grande retrocesso nas políticas de preservação ambiental em prol dos interesses dos aliados de seu governo e de suas próprias crenças.

O presente artigo pretende trazer uma breve análise sobre os avanços das políticas em prol da preservação da floresta Amazônica e sobre os retrocessos observados nos últimos anos. A partir disso, pretendemos falar sobre o Fundo Amazônia, sua funcionalidade e as implicações da política externa ambiental do governo Bolsonaro ao Fundo, além de falar sobre os efeitos dessa mesma política nas relações do Brasil com os países que possuem uma política ambiental forte frente à própria floresta amazônica.

## **II - A relação da PEB com a Amazônia e seu histórico de financiamento**

O desenvolvimento e aprofundamento da política externa brasileira (PEB) no que se refere à Amazônia pode ser traçado desde fins do século XVIII, assumindo principalmente as formas de delimitação das fronteiras, ocupação do território por parte do império Português e exploração dos recursos naturais. (MOREIRA, 2014)

Todavia, desde os anos 1970, durante o governo ditatorial militar, é possível observar um plano mais articulado de desenvolvimento e exploração da região. Com o governo de Geisel, no que tange à Amazônia, o Brasil passa a exercer uma política mais autonomista do que alinhada com os EUA num cenário de Guerra Fria. A presença do Estado no território é considerada imprescindível para a exploração nacional, com iniciativas como a construção de rodovias (destaque para a transamazônica), implementação de indústrias, extração de minérios e expansão da fronteira agrícola (pontos importantes do II PND). (GOMES; SILVA FILHO, 2016)

Em âmbito internacional, o Tratado de Cooperação Amazônica assinado em 1978, aparece como uma das principais políticas internacionais do Brasil sobre o território amazônico no período. Contudo, seu foco principal, bem como as políticas domésticas, é o desenvolvimento econômico da região amazônica e suas consequências positivas para a economia brasileira, com a justificativa, por exemplo, de melhoria da qualidade de vida da população da região. Outro ponto importante do tratado é o da defesa da soberania sobre a Amazônia legal, considerada o primeiro objeto de interesse internacional no que diz respeito a políticas de preservação, além de sempre enfrentar potenciais ameaças de expropriação externa pela internacionalização. (GOMES; SILVA FILHO, 2016)

Já em um cenário de redemocratização, é possível observar, com o governo Collor, uma divergência entre os objetivos de governo e a ação diplomática de Estado quanto à Amazônia. Fernando Collor defendia ideais neoliberais, implementando projetos de privatização e abertura comercial que inserissem o Brasil no cenário internacional de forma mais competitiva, porém também conformando-se com a ordem internacional, através do alinhamento com o Norte global. Por outro lado, é nesse período que deslança a posição brasileira internacionalmente de defensor e proponente de políticas de preservação ambiental, aparecendo temas como desenvolvimento sustentável nas agendas de política externa e culminando com a conferência Eco-92. (SANTANA, 2006)

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso despontam algumas mudanças significativas da PEB. Agora em um contexto internacional de globalização, o então presidente passa a buscar a inserção do Brasil nessa nova lógica da economia e das relações internacionais,

mantendo os interesses de mercado, mas trabalhando concomitantemente para o aumento da projeção internacional nesse novo ambiente globalizado. (VIGEVANI; OLIVEIRA; CINTRA, 2003)

Essas mudanças serão refletidas no que tange à região amazônica, que passa a desempenhar papel central no desenvolvimento econômico brasileiro a partir, especialmente, da integração regional. Dessa forma são criados os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento (ENID), em nível doméstico, e a Integração das Infraestruturas Regionais Sul-Americanas (IIRSA), em nível regional, como meio de integração física entre os Estados sul-americanos amazônicos. Os principais objetivos seriam o de inserção brasileira nos mercados intrarregionais e da América do Sul nos mercados globais pela lógica dos blocos econômicos (através de ganhos em relevância e poder de barganha no cenário internacional frente aos países centrais do sistema). Para tanto, seria necessária a construção de redes de transporte e de telecomunicação que facilitassem o escoamento da produção (majoritariamente do agronegócio, mas também da zona franca de Manaus) e a exploração de recursos minerais, biogenéticos e energéticos. As fontes de financiamento viriam das Instituições Financeiras Multilaterais (IFMs), como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e a Corporação Andina de Fomento (CAF); todas providas de recursos públicos, mas o governo esperava também atrair investimentos privados externos e internos. Contudo, muito do planejado pelo ENID e IIRSA não foi concretizado, justamente pela falta de financiamento. (SUPERTI, 2011)

Portanto, o governo FHC traz novas perspectivas estratégicas sobre a região amazônica, que ultrapassam as questões de defesa e soberania, adquirindo contornos econômicos essenciais. Entretanto, esse novo movimento de ação governamental acaba negligenciando, em um nível, a preservação ambiental e o desenvolvimento social na região amazônica; mesmo que o Brasil tenha mantido a defesa da economia sustentável e da preservação ambiental em âmbito internacional, colocadas, inclusive, como pautas essenciais da agenda de política externa de Fernando Henrique. (SUPERTI, 2011)

Com a eleição de Lula muitos elementos da política externa brasileira sofrem mudanças de rumo em comparação ao governo anterior, apesar de apresentarem também continuidades importantes. A integração com a América do Sul é um exemplo de continuidade, mas ganha um novo destaque, mais aprofundado e de caráter político. A inserção internacional brasileira vem acompanhada de críticas à globalização, exaltação da soberania nacional e a busca por um papel mais ativo de proposição e intervenção em assuntos importantes. (ALMEIDA, 2004)

Todas essas características afetam, portanto, a relação da PEB do governo Lula com as pautas ambientais e, mais especificamente, com a Amazônia. Por exemplo, em relação à integração regional, Lula mantém os planos do ENID e IIRSA de infraestrutura para promover a integração física entre os países amazônicos por meio das fronteiras dessa região; mas inclui o BNDES na lista de investidores da IIRSA como meio de alçar o protagonismo brasileiro na iniciativa, de acordo com suas diretrizes de política externa regional, voltadas para o protagonismo brasileiro na América do Sul. (SUPERTI, 2011)

Domesticamente, Lula implementou, a partir de 2004, algumas políticas importantes de combate ao desmatamento, como aumento da fiscalização e restrições de crédito que dificultasse o acesso a financiamentos por produtores que não cumprissem com as normas ambientais. Pode-se inferir como um contraponto ao aumento expressivo das taxas de desmatamento em 2002, que chegaram ao pico em 2004, e que, no entanto, são muito mais influenciadas pelo aumento do preço das commodities e consequente estímulo ao agronegócio, do que por ações governamentais específicas. Ocorre uma queda a partir de 2005 nos níveis de desmatamento, porém também influenciada pelos preços das commodities, agora em queda. Mais tarde, em 2008, aparecem ações governamentais mais efetivas de combate ao desmatamento na região, como: fiscalização pela inspeção de campos e aplicação de multas; embargos econômicos ao desmatamento ilegal pela proibição da venda desses produtos; e restrição ao crédito pela exigência de obtenção do licenciamento ambiental por grandes produtores para que tivessem acesso aos financiamentos. (FERREIRA; COELHO, 2015)

Internacionalmente, destaca-se, além da criação do Fundo Amazônia em 2009, a proposição da Conferência Rio+20 em 2007, mediante ao cenário de mudanças climáticas já em curso expressivo no momento. A Conferência só iria se concretizar em 2012, durante o primeiro mandato de Dilma Rousseff, mas denota uma tendência da PEB dos governos Lula, em especial de seu segundo mandato, de maior assertividade e pró-atividade no cenário internacional e de maior preocupação com as questões ambientais, que também pode ser exemplificada pelas já citadas medidas de redução ao desmatamento na Amazônia, produção e pesquisas quanto aos biocombustíveis e os compromissos firmados na Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP-15), como redução das emissões de carbono. (BRANDÃO et al., 2015)

Em seguida, os governos de Dilma Rousseff podem ser caracterizados pela busca de continuidade da agenda de política externa desenvolvida por Lula, porém apresentando queda na inserção internacional brasileira e no protagonismo do país em questões importantes no cenário

internacional, mesmo que os princípios de conduta se mantenham. A maior projeção internacional que o Brasil desenvolve nesse período é justamente pelo setor do agronegócio. (CERVO; LESSA, 2014)

No que tange especificamente às questões ambientais e à Amazônia, Dilma mostra um discurso de defesa ao meio ambiente e compromisso brasileiro em combater totalmente o desmatamento ilegal na Amazônia, além de trabalhar para a diminuição das taxas de emissão de carbono e políticas de reflorestamento na região, como fica explícito em sua fala durante a COP 21 em 2015. (ROUSSEFF, 2015)

Porém muitos irão apontar o esvaziamento na prática de suas políticas ambientais, como pode ser exemplificado pelo posicionamento brasileiro na Conferência Rio+20, de conformação com os interesses externos e foco nas tratativas sociais em detrimento das pautas ambientais no que se refere ao desenvolvimento sustentável (ou seja, o conceito de desenvolvimento sustentável foi interpretado pela delegação brasileira majoritariamente no sentido desenvolvimento social sustentável e não de preservação ambiental em si). No mais, as políticas ambientais permanecem alinhadas aos países em desenvolvimento e suas necessidades específicas. (BRANDÃO., et al, 2015)

O impeachment de Dilma e a ascensão de Temer ao posto de Presidente da República representam uma nova mudança de rumos na PEB e um agravamento do desmatamento e da precarização das políticas de preservação da floresta amazônica . Tanto em falas de José Serra quanto de Aloysio Nunes (os dois ministros das Relações Exteriores do período) é perceptível as diretrizes do novo governo, que busca romper com as ditas ideologias presentes nas agendas de política externa anteriores, inserir o Brasil no mercado internacional de forma mais competitiva (retomando em partes os objetivos presentes na década de 1990) e aproximar-se novamente do Norte Global. (FERREIRA, 2017; SERRA, 2016). Essas diretrizes apontam para uma maior preocupação com o setor econômico e o estímulo à produção nacional do que pautas humanitárias e ambientais, mas essas ainda se fazem presentes nos discursos dos principais atores ligados à política externa. (MOREIRA, 2020)

O que fica evidenciado no governo Temer é uma desarticulação do posicionamento brasileiro em nível internacional sobre a preservação e o desenvolvimento sustentável e as práticas de fato executadas. (SILVA, 2017). Há um avanço, a partir daí, da priorização dos interesses comerciais sobre a floresta que irão se concretizar mais profundamente no governo seguinte.

### **III - Comparação da atuação dos governos frente ao Fundo Amazônia**

O Fundo Amazônia foi criado em 2009 pelo então governo Lula, como um órgão a ser coordenado e administrado pelo BNDES. Com o objetivo de proteger o bioma amazônico, combater o desmatamento e promover o uso sustentável das florestas na Amazônia legal. O Fundo foi constituído para ter suas atividades financiadas através de doações por governos, órgãos multilaterais, empresas e pessoas físicas. Entretanto, desde sua criação apenas governos e empresas ofereceram doações. Administrado pelo BNDES, o Fundo recebe os recursos captados, para serem exclusivamente aplicados em projetos promovidos para atingir os objetivos do Fundo Amazônia (RAFA, 2009).

Para que o órgão possa receber novas doações é preciso haver redução no desmatamento -e consequentemente na emissão de gases que causam o efeito estufa- e comprová-la através de cálculos. Dessa forma, a eficácia dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia está diretamente ligada à capacidade de angariar fundos que alimentem essa proteção e preservação ambiental (RAFA, 2009).

As atividades do Fundo começaram em 2009, no penúltimo ano do segundo mandato do governo Lula e desde então, as taxas de desmatamento têm variado bastante conforme os governos e a importância que dão à política ambiental. Será feita uma análise retrospectiva da evolução das ações do Fundo, utilizando os Relatórios Anuais de Desmatamento da Amazônia, mostrando dados como as taxas de desmatamento em cada governo que compreendeu o período e a quantidade de recursos captados. (RAFA, 2009)

No primeiro ano em que foi criado, o Fundo obteve seu primeiro doador oficial: o governo da Noruega, que comprometeu-se a doar aproximadamente US \$107 milhões para utilização durante 2009, sendo este montante fornecido a parcelas. No ano seguinte, o governo da Alemanha tornou-se a segunda fonte de financiamento, oferecendo um valor de até US \$27.077.000,00 a serem concedidos de acordo com a necessidade e a metodologia prevista no fundo. Em 2011, já no governo Dilma, o Fundo Amazônia passou a ter o seu terceiro financiador: a empresa estatal brasileira Petrobrás, com um total de US \$3.900.156,12. A partir de então, os contratos foram sendo renovados e os recursos angariados conforme a necessidade e cumprimento dos requisitos. Até o ano de 2020, as doações proviam somente desses três entes (RAFA, 2009; RAFA 2010 e RAFA 2011).

Para compreender melhor o financiamento do Fundo ao longo dos anos de sua existência, é preciso olhar para os índices de desmatamento anuais, uma vez que os recursos recebidos são

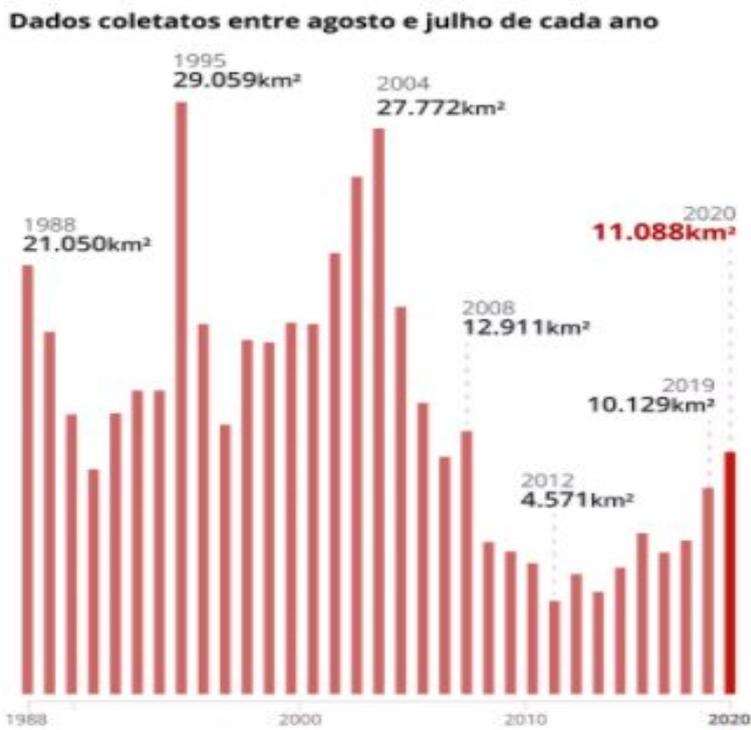
condicionados pela redução deste. Para este trabalho, serão analisados os índices da Amazônia legal, uma vez que o foco é analisar o comportamento dos governos nacionais perante a preservação ambiental.

Gráfico 1: O desmatamento anual da Amazônia Legal



Fonte/Elaboração: PRODES

Gráfico 2: Dados sobre o desmatamento de 1988 a 2020



Fonte: PRODES/Elaboração: G1

É possível perceber que, a partir do primeiro ano de existência do Fundo Amazônia, a quantidade de área desmatada diminuiu consideravelmente na Amazônia Legal, mantendo-se relativamente estável até 2015. A partir de 2016, os números passaram a aumentar para além da média dos últimos anos, chegando ao maior índice no ano de 2019, desde o início das atividades do Fundo. Quanto ao desmatamento na Amazônia, houve um aumento recorde dos anos recentes de 29,5% de 2018 a 2019 e de 9,5% de 2019 até 2020. Estes números podem ser vistos como pistas para o que intenciona-se abordar neste artigo: o descaso à política ambiental nos últimos anos no Brasil, sobretudo 2019 e 2020 traz um aumento expressivo do desmatamento da Amazônia legal e esse descaso têm implicações no financiamento dos fundos e na percepção internacional sobre o país (PRODES,2020);(G1,2020).

É preciso ter em mente que o financiamento do Fundo não ocorre de forma regular, em um período de tempo padrão. Os recursos são depositados conforme necessidade (conforme o contrato) e disponibilidade, em parcelas. Por isso, não é todos os anos que os três financiadores enviam recursos. Interessante salientar que o ano de 2019, primeiro ano do mandato presidencial de Jair

Bolsonaro, não obteve financiamento de nenhuma das três partes. Na tabela abaixo, explicitam-se os montantes recebidos nos últimos onze anos. (RAFA, 2019)

Tabela 1: Origem e montante em dólar americano do financiamento do Fundo Amazônia

	Governo da Noruega	Governo da Alemanha	Petrobrás
2009	\$20.960.578,70	\$0,00	\$0,00
2010	\$28.283.364,59	\$3.952.500,00	\$0,00
2011	\$0,00	\$0,00	\$4.219.355,00
2012	\$62.966.809,05	\$0,00	\$324.160,00
2013	\$646.378.595,78	\$7.864.832,89	\$495.328,65
2014	\$108.839.740,46	\$16.505.874,51	\$601.357,20
2015	\$134.893.881,10	\$0,00	\$880.310,00
2016	\$97.953.351,16	\$0,00	\$276.642,00
2017	\$41.791.004,78	\$39.820.465,20	\$578.063,10
2018	\$70.311.126,74	\$0,00	\$347.037,35
2019	\$0,00	\$0,00	\$0,00
<b>Total</b>	<b>\$1.212.378.452,36</b>	<b>\$68.143.672,60</b>	<b>\$7.722.253,30</b>

Fonte: Relatórios Anual Fundo Amazônia 2018/Elaboração própria

Além de não ter obtido financiamento em 2019, este foi o primeiro ano em que o Fundo Amazônia não aprovou nenhum projeto. Os projetos financiados pela arrecadação do Fundo são a execução do objetivo do órgão: a redução do desmatamento com desenvolvimento sustentável. Os projetos são realizados dentro de cinco eixos: I. Produção Sustentável; II. Monitoramento e Controle; III. Ordenamento Territorial; IV. Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; V. Terras Indígenas. Abaixo, uma tabela explica a origem dos projetos, sua data de início e conclusão, quando houver. (Fundo Amazônia, 2020)

Tabela 2: Descrição dos projetos aprovados e realizados pelo Fundo

Projetos promovidos pelo Fundo Amazônia					
Projeto	Responsável	Data da aprovação	Data da contratação	Eixo	Situação
Amazônia Indígena Sustentável	Associação de Defesa Etnoambiental Kanindé - Terceiro Setor	04.12.2015	20.01.2016	Ordenamento territorial e produção sustentável	Concluído
APL Babaçu	Associação em	02.09.2014	29.10.2014	Produção	Concluído -

	Áreas de Assentamento no estado do Maranhão (Assema) - Terceiro Setor			sustentável	21.07.2020
ARAPAIMA: Redes Produtivas	Operação Amazônia Nativa (OPAN) - Terceiro Setor	28.10.2014	26.01.2015	Ordenamento territorial e produção sustentável	Concluído - 07.08.2020
Áreas Protegidas da Amazônia (Arpa) - Fase 2	Fundo Brasileiro para a Biodiversidade (Funbio) - Terceiro Setor	08.12.2009	22.04.2010	Ordenamento territorial	Concluído - 31.12.2015
Assentamentos Sustentáveis na Amazônia	Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (IPAM) - Terceiro Setor	29.11.2011	14.02.2012	Monitoramento e controle, ordenamento territorial e produção sustentável	Contratado
Bem Viver Sustentável	Instituto de Pesquisa e Formação Indígena (Iepé) - Terceiro Setor	19.11.2015	07.01.2016	Ordenamento territorial e produção sustentável	Contratado
Bolsa Floresta+	Fundação Amazonas Sustentável - Terceiro Setor	05.04.2016	25.05.2016	Ordenamento territorial e produção sustentável	Contratado
Cadeias de Valor da Agricultura Familiar no Estado do Mato Grosso	Associação do Centro de Tecnologia Alternativa (CTA) - Terceiro Setor	02.09.2014	25.11.2014	Produção sustentável	Contratado
Cadeias de Valor de Produtos Florestais Não Madeireiros	Associação SOS Amazônia - Terceiro Setor	27.01.2015	13.05.2015	Produção sustentável	Contratado

Capacitar para Conservar	Equipe de Conservação da Amazônia (Ecam) - Terceiro Setor	23.09.2014	02.12.2014	Ordenamento territorial	Contratado
Cidades Florestais	Instituto de Conservação e Desenvolvimento Sustentável da Amazônia (Idesam) - Terceiro Setor	27.12.2017	13.03.2018	Assentamentos e unidades de conservação	Contratado
Conhecer para Conservar	Museu da Amazônia (Musa) - Terceiro Setor	30.11.2010	01.09.2011	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Produção sustentável	Contratado
Disseminação e Aprimoramento das Técnicas de Manejo Florestal Sustentável	Instituto Floresta Tropical (IFT) - Terceiro Setor	23.11.2010	15.04.2011	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Produção sustentável	Concluído - 31.12.2015
Florestas Comunitárias	Instituto Floresta Tropical (IFT) - Terceiro Setor	06.04.2017	26.07.2017	Produção sustentável	Contratado
Fortalecimento da Gestão Ambiental na Amazônia	Instituto do Homem e Meio Ambiente da Amazônia (Imazon) - Terceiro Setor	06.11.2015	29.12.2015	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Monitoramento e controle; Ordenamento Territorial	Contratado
Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia	Fundação Banco do Brasil - Fundo Amazônia - Terceiro Setor	15.05.2012	18.06.2012	Produção sustentável	Contratado
Fundo Kayapó de	Fundo Brasileiro para	21.06.2011	21.11.2011	Terras indígenas	Contratado

Conservação em Terras Indígenas	a Biodiversidade (Funbio) - Terceiro Setor				
Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia	Universidade Federal do Pará (UFPA) e Fundação de Amparo e Desenvolvimento da Pesquisa (Fadep) - Universidades	02.08.2011	09.12.2011	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos	Concluído - 30.06.2016
Inventário Florestal Nacional - Amazônia	União Federal - Serviço Florestal Brasileiro (SFB) - União	31.07.2012	24.01.2013	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos	Contratado
IREHI - Cuidando dos Territórios	Operação Amazônia Nativa (OPAN) - Terceiro Setor	18.12.2015	19.02.2016	Terras indígenas	Contratado
Legado Integrado da Região Amazônia ("LIRA")	Instituto de Pesquisas Ecológicas (IPÊ) - Terceiro Setor	30.10.2018	13.12.2018	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Produção sustentável e Ordenamento Territorial	Contratado
Mamirauá	Instituto de Desenvolvimento Sustentável Mamirauá (IDSM) - Terceiro Setor	18.12.2012	07.08.2013	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos	Contratado
Monitoramento Ambiental por Satélites no Bioma Amazônia	Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) e Fundação de	07.10.2014	29.10.2014	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Monitoramento e Controle	Contratado

	Ciências, Aplicações e Tecnologia Espaciais (FUNCATE) - União				
Monitoramento da Cobertura Florestal na Amazônia Regional	Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA) - Internacionais	30.04.2013	03.10.2013	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos; Monitoramento e Controle	Contratado
Olhos d'Água da Amazônia	Município de Alta Floresta - Municípios	17.08.2010	25.01.2011	Monitoramento e Controle; Produção Sustentável	Concluído - 21.12.2013
Pequenos Projetos Ecosociais na Amazônia	Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) - Terceiro Setor	03.07.2012	25.09.2012	Produção Sustentável	Concluído - 01.10.2020
Programa de Qualificação da Gestão Ambiental	Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) - Terceiro Setor	18.12.2012	05.02.2013	Monitoramento e Controle	Contratado
Pesca Sustentável	WWF-Brasil - Terceiro Setor	30.12.2013	17.04.2014	Produção Sustentável	Concluído - 31.12.2017
Proteção etnoambiental de povos indígenas isolados e de recente contato na Amazônia	Centro de Trabalho Indigenista (CTI) - Terceiro Setor	28.10.2014	23.12.2014	Ordenamento Territorial	Concluído - 04.03.2020
Quintais Amazônicos	Centro de Estudos da Cultura e do Meio Ambiente	30.07.2013	04.12.2013	Ciência, Inovação e Instrumentos Econômicos;	Concluído - 11.10.2019

	da Amazônia (Rioterra) - Terceiro Setor			Produção Sustentável	
Sementes da Floresta	Cooperativa dos Agricultores do Vale do Amanhecer (Coopavam) - Terceiro Setor	04.02.2014	17.04.2014	Produção Sustentável	Concluído - 30.09.2018
Sementes do Portal	Instituto Ouro Verde (IOV) - Terceiro Setor	08.12.2009	25.03.2010	Produção Sustentável	Concluído - 30.09.2013
Sociobiodiversidade Produtiva no Xingu	Instituto Socioambiental (ISA) - Terceiro Setor	03.12.2013	20.02.2014	Produção Sustentável	Concluído - 30.03.2019
Valorizando Cadeias Socioprodutivas Amazônicas	Instituto Centro de Vida (ICV) - Terceiro Setor	11.12.2017	30.01.2018	Produção Sustentável	Contratado

Fonte: Projetos - Fundo Amazônia/Elaboração própria

Na tabela acima podemos observar os vários projetos aprovados (em andamento e concluídos) que foram criados a partir das verbas do Fundo Amazônia. Na primeira coluna, há o nome dos projetos e na segunda, o responsável pela criação e realização deles e a natureza desse responsável (ex. terceiro setor). A seguir, na terceira e na quarta coluna, encontram-se as datas que os projetos foram aprovados pelo Fundo Amazônia e a data de sua contratação. Na quinta, há escrito o eixo e área de atuação de cada um dos projetos, e na última coluna é apontado se os projetos já foram concluídos ou ainda estão em andamento.

Há várias observações que podem ser feitas a partir da visualização dos dados dessa tabela. Uma delas é que a maioria dos projetos financiados pelo Fundo Amazônia são realizados pelo terceiro setor. Dos 34 projetos apontados na tabela, apenas 5 não são promovidos pelo terceiro setor, mas sim pela União, Municípios, Universidades ou Internacionalmente.

Outra observação que pode ser apontada é que existem apenas dois projetos que se encaixam no eixo V - Terras Indígenas (Fundo Kayapó de Conservação em Terras Indígenas e IREHI -

Cuidando dos Territórios). Esses projetos tinham como objetivo proteção e manutenção de territórios indígenas, além de promover ações sustentáveis e preservação da floresta Amazônica.

Na tabela a seguir, especificaremos o número de projetos aprovados desde o ano do início de sua vigência até o ano de 2019, além do valor total (em reais) repassado do Fundo Amazônia para projetos.

Tabela 3: Projetos aprovados, montante e ano de apoio

Ano do apoio (R\$)	Número de projetos aprovados	Valor total	Total desembolsado a projetos (R\$)
2009	5	70.339.010,00	-
2010	8	119.891.704,43	11.105.966,90
2011	10	70.499.580,47	59.740.091,61
2012	14	179.803.548,39	71.205.781,90
2013	14	332.003.810,00	80.903.376,47
2014	21	268.578.173,00	167.954.502,78
2015	11	195.510.972,31	127.509.195,78
2016	8	196.603.174,19	134.145.446,07
2017	12	234.886.684,03	223.760.804,23
2018	11	378.517.794,00	187.372.391,40*
2019	-	-	108.875.373,05*
Projetos cancelados**	(11)	(147.921.929,16)	NA
Saldo reduzido***		(39.135.492,01)	NA
<b>Total</b>	<b>103</b>	<b>1.859.577.029,65</b>	<b>1.172.572.930,19</b>

Fonte: BNDES.

No Relatório Anual do Fundo Amazônia, é informado anualmente a quantidade de projetos aprovados, o valor do montante destinado à realizá-lo e qual instituição irá geri-lo, dentre outras informações de transparência. O que chama atenção neste caso, é o ano de 2019 não ter aprovado nenhum projeto, indo na direção contrária dos últimos dez anos. Parece razoável dizer que a política ambiental de 2019 em diante não favorece a manutenção do interesse em diminuir o desmatamento e promover o desenvolvimento sustentável, o que é mostrado pelos números do relatório.

#### IV - A percepção mundial do governo Bolsonaro na esfera ambiental e impactos no Fundo

O mandato do presidente Jair Bolsonaro vem sendo muito criticado desde seu início, em janeiro de 2019, devido ao seu descaso com o tema meio ambiente, em especial, a floresta

amazônica. O Brasil já perdeu mais de 250 milhões de reais de investimentos para o Fundo da Amazônia provindos de países europeus. (FUNDO AMAZÔNIA, 2020)

A falta de compromisso desse governo com a maior floresta tropical do mundo é tremenda. O desmatamento já cresceu cerca de 45,5% no ano de 2019 e só entre os meses de maio e junho deste mesmo ano foram registradas cerca de 1,5 milhão de árvores cortadas na região. A queda na fiscalização florestal e o afrouxamento das políticas ambientais preocupam e vem sendo fortemente criticados pelos governos alemão e norueguês. A área desmatada é destinada ao plantio de grãos e pastagem para o gado e é justamente aí que recaem as principais críticas sobre Bolsonaro. Uma vez que ele apoia e é apoiado pela bancada do agronegócio e, com isso, é acusado de fazer vista grossa para tal crime ambiental que vem sendo perpetrado. (GALVANI, 2019)

Segundo dados do IBAMA, só no primeiro semestre de 2019 as operações de vigilância na floresta caíram cerca de 70% e as multas aplicadas sobre o desmatamento recuaram de 1290 para 850, o menor número registrado em 4 anos. O Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis perdeu sua credibilidade desde que Ricardo Salles assumiu o cargo de Ministro do Meio Ambiente brasileiro. Desde então, todos os dados lançados pelo instituto, bem como pelo INPE, Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais, que gera os balanços do desmatamento no Brasil, são negados e rebatidos pelo ministro e pelo presidente da república. (CARTA CAPITAL, 2019)

Diversos cargos do governo dedicados à proteção ambiental encontram-se vagos desde o início do mandato. Alguns deles são secretários de Biodiversidade, Florestas e Desenvolvimento Sustentável e diretores dos departamentos de Conservação e Manejo de Espécies, Conservação de Ecossistemas, Patrimônio Genético, Qualidade Ambiental e Gestão de Resíduos, Desenvolvimento Sustentável e Florestas.

Esse montante de ações, ou melhor dizendo, a falta delas é que gerou e ainda gera dúvidas nos grandes investidores do fundo amazônico. Svendra Schulze, Ministra do Meio Ambiente da Alemanha, se queixou em entrevista ao jornal alemão, *Tagesspiegel*, em agosto de 2019, se o governo Bolsonaro estaria realmente preocupado em reduzir os números do desmatamento na floresta. A entrevista veio seguida do anúncio da chanceler alemã, Angela Merkel, de suspensão de 155 milhões de reais destinados às ações de preservação na Amazônia. Logo em seguida, a Noruega também anunciou o congelamento de 133 milhões de reais. Os dois países são os principais credores do Fundo e com suas abstenções a situação financeira da organização se mostra comprometida. (CARTA CAPITAL, 2020)

O Fundo acabou por ser desativado durante o ano de 2019, com o fim dos repasses vindos da Alemanha e Noruega. E, em 2020, foi recriado pelo vice-presidente da república brasileira, Hamilton Mourão, mas ainda sem contar com os apoios financeiros alemão e francês. (DW, 2020)

Por sua vez, as respostas de Jair a essas ações não foram nada satisfatórias na resolução dos casos. O presidente acusou erroneamente a Noruega de promover a caça ilegal de baleias em seu território e aconselhou a Alemanha a investir os fundos na preservação de seu próprio país. Esses episódios, em conjunto com as ações recentes do chefe de estado brasileiro, acarretam na má impressão que o Brasil tem no plano internacional, atualmente. Por não compactuar com a forma que está sendo feita a política ambiental do governo, diversos países da Europa boicotaram produtos brasileiros e se recusam a comprar o que vier do Brasil, como resposta às políticas destrutivas ambientais, sobretudo da Amazônia. Além disso, a União Europeia está reticente quanto ao acordo com o Mercosul em decorrência da postura brasileira no tema, e afirmou que não irá dar continuidade ao acordo enquanto o meio ambiente for tratado da forma que está sendo. (MAZUI e GARCIA, 2019)

Desse modo, percebe-se como a política ambiental está ligada à política externa brasileira e até mesmo aos interesses comerciais nacionais. Com as políticas tomadas pelo governo Bolsonaro, as exportações diminuíram, fruto dos boicotes e do desrespeito às práticas de preservação ambiental.

## **V - Conclusão**

Por ser um país rico em recursos naturais e ter em seu território a maior floresta tropical do mundo, naturalmente, a postura do Brasil quanto à temática ambiental chama atenção no plano internacional. Como as questões climáticas são um problema global e, portanto, que afetam todas as regiões do planeta, é comum que governos invistam na preservação ambiental de outros territórios. É o caso do Fundo Amazônia, que foi criado para acabar com o desmatamento ilegal e promover o desenvolvimento sustentável por meio de projetos realizados por ONGs, Universidades, atores internacionais e a própria União.

Como já foi explicitado anteriormente, o financiamento do Fundo envolve manter baixos os índices de desmatamento na Amazônia, bem como realizar projetos de preservação ambiental por meio do uso dos recursos arrecadados. Constatou-se que o atual governo brasileiro, Jair Bolsonaro, desde o primeiro ano de seu mandato (2019), não aprovou nenhum novo projeto na organização e não buscou conter o desmatamento em solo brasileiro, que, ao contrário, aumentou em 29,5% em

comparação com 2018. Os índices mantêm-se crescentes, de agosto de 2019 até julho de 2020 houve um aumento de 9,5% no desmatamento, o que demonstra uma tendência na atual gestão e traz sérias preocupações não apenas ambientais, mas sociais, econômicas e internacionais.

O posicionamento de Bolsonaro frente ao meio ambiente preocupa diversos países, especialmente, as nações europeias que sempre se mostraram mais comprometidas com a temática. Tanto suas ações de descaso com as políticas ambientais, quanto suas falas agressivas em redes sociais e canais abertos de televisão levam ao estremecimento das relações brasileiras com outros Estados. O congelamento de recursos vindos da Alemanha e Noruega e a conseqüente inatividade do Fundo são reflexos diretos disso. O fim das atividades do Fundo, desde 2019, representa um retrocesso global na luta contra o desmatamento e em favor do meio ambiente.

## VI - Referências

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo lula. Revista Brasileira de Política Internacional, [S.L.], v. 47, n. 1, p. 162-184, jun. 2004. Semestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0034-73292004000100008>. Disponível em: <[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292004000100008](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008)>. Acesso em: 20 dez. 2020.

BRASIL. FUNDO AMAZÔNIA. Relatório Anual Fundo Amazônia. Brasília: BNDES, 2009. Acesso em: 3 de dez. de 2020.

BRASIL. FUNDO AMAZÔNIA. Relatório Anual Fundo Amazônia. Brasília: BNDES, 2018. Acesso em: 3 de dez. de 2020.

BRASIL. FUNDO AMAZÔNIA. Relatório Anual Fundo Amazônia. Brasília: BNDES, 2019. Acesso em: 3 de dez. de 2020.

BRANDÃO, Luciana Costa *et al.* A Política Externa Brasileira para o Meio Ambiente:: um estudo comparado da rio-92 e da rio+20. In: I SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIA POLÍTICA, 2., 2015, Porto Alegre. Estado e Democracia em Mudança no Século XXI. Porto Alegre: Ufrgs, 2015. p. 1-24. Disponível em: <<https://www.ufrgs.br/sicp/wp-content/uploads/2015/09/3.-BRAND%C3%83O-Luciana-Costa-A-Pol%C3%ADtica-Externa-Brasileira-para-o-Meio-Ambiente-um-estudo-comparado-da-Rio-92-e-da-Rio-20.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2020.>

CAPITAL, Carta (ed.). Governadores da Amazônia Legal lamentam suspensão de recursos europeus: após decisões de Bolsonaro, governos estaduais querem dialogar diretamente com países financiadores de projetos na amazônia. Após decisões de Bolsonaro, governos estaduais querem dialogar diretamente com países financiadores de projetos na Amazônia. 2019. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/governadores-da-amazonia-legal-lamentam-suspensao-de-recursos-europeus/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

CERVO, Amado.; LESSA, Antônio Carlos. (2014). 'O declínio: inserção internacional do Brasil (2011-2014)'. Revista Brasileira de Política Internacional, 57(2), pp. 133-151, [online]. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbpi/v57n2/0034-7329-rbpi-57-02-00133.pdf>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

(ed.). Mourão recria Fundo Amazônia, mas Alemanha e Noruega não garantem recursos. 2020.

Disponível em:

<<https://www.dw.com/pt-br/mour%C3%A3o-recria-fundo-amaz%C3%B4nia-mas-alemanha-e-noruega-n%C3%A3o-garantem-recursos/a-53621619>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

FERREIRA, Aloysio Nunes. Texto-base para o discurso de posse do Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira. 2017. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em:

<http://antigo.itamaraty.gov.br/pt-BR/discursos-artigos-e-entrevistas-categoria/ministro-das-relacoes-exteriores-discursos/15828-texto-base-para-o-discurso-de-posse-do-ministro-de-estado-das-relacoes-exteriores-aloysio>. Acesso em: 05 nov. 2020.

FERREIRA, Marcelo Dias Paes; COELHO, Alexandre Bragança. Desmatamento Recente nos Estados da Amazônia Legal: uma análise da contribuição dos preços agrícolas e das políticas governamentais. Revista de Economia e Sociologia Rural, [S.L.], v. 53, n. 1, p. 91-108, mar. 2015. Trimestral. FapUNIFESP (SciELO). Disponível em:

<<http://dx.doi.org/10.1590/1234-56781806-9479005301005>>. Acesso em: 20 dez. 2020.

FUNDO AMAZÔNIA. Doações. 2020. Disponível em:

<<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/fundo-amazonia/doacoes/>>. Acesso em: 30 nov. 2020.

FUNDO AMAZÔNIA. Perguntas frequentes. 2020. Disponível em:

<<http://www.fundoamazonia.gov.br/pt/como-apresentar-projetos/perguntas-frequentes/>>. Acesso em 4 dez. 2020.

G1, “Desmatamento na Amazônia cresce 9,5% em um ano e passa de 11 mil km<sup>2</sup>, aponta Inpe”

Disponível em:

<<https://g1.globo.com/natureza/noticia/2020/11/30/amazonia-teve-11-mil-km-de-desmatamento-entre-agosto-de-2019-e-julho-de-2020-aponta-inpe.ghtml>>. Acesso em 22 dez. 2020

GALVANI, Giovanna. Com Bolsonaro, desmatamento aumenta e fiscalização cai na Amazônia: em 15 dias, área equivalente a 7 mil campos de futebol foi desmatada. Em 15 dias, área equivalente a 7 mil campos de futebol foi desmatada. 2019. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/com-bolsonaro-desmatamento-aumenta-e-fiscalizacao-cai-na-amazonia/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GALVANI, Giovanna. Desmatamento na Amazônia aumentou 45% em 2019, apontam alertas: dados foram atualizados por órgão do INPE. julho bateu recordes e teve aumento de 279% em relação ao ano passado. Dados foram atualizados por órgão do Inpe. Julho bateu recordes e teve aumento de 279% em relação ao ano passado. 2019. Disponível em:

<<https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/desmatamento-na-amazonia-aumentou-45-em-2019-apontam-alertas/>>. Acesso em: 03 dez. 2020.

GOMES, Juan Pablo Ferreira; SILVA FILHO, Erivaldo Cavalcanti e. O TRATADO DE COOPERAÇÃO AMAZÔNICA E A GESTÃO COMPARTILHADA DE RECURSO NATURAIS: a efetivação dos seus projetos. Revista de Direito e Sustentabilidade, Brasília, v. 2, n. 1, p. 190-204, 3 dez. 2020. Mensal. Organização do Comitê Científico Double Blind Review pelo SEER/. 3 de dez. de 2020.

MAZUI, Guilherme; GARCIA, Gustavo. Bolsonaro sugere à Noruega usar verba do Fundo Amazônia para reflorestar Alemanha. 2019. Disponível em:

<https://g1.globo.com/politica/noticia/2019/08/15/bolsonaro-sugere-a-noruega-usar-verba-do-fundo-amazonia-para-reflorestar-alemanha.ghtml>. Acesso em: 03 dez. 2020.

MOREIRA, Paula Gomes. Origens da Política Externa Brasileira na Amazônia: 3origens da política externa brasileira na amazônia formação de fronteiras e ciclos diplomáticos. 3Origens da Política

Externa Brasileira na Amazônia formação de fronteiras e ciclos diplomáticos. 2014. MERIDIANO 47. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/MED/article/view/4829/4396>>. Acesso em: 3 dez. 2020.

MOREIRA, Danilo Sorato Oliveira. AS SEMELHANÇAS ENTRE OS GOVERNOS TEMER E BOLSONARO NA POLÍTICA EXTERNA (2016-2019): cadernos argentina-brasil. Revista Neiba, [S.I.], v. 9, n. 9, p. 1-19, 29 jan. 2020. Acesso em: 23 dez. 2020.

ROUSSEFF, Dilma. Discurso da Presidenta da República, Dilma Rousseff, durante Sessão de Abertura da 21ª Conferência das Partes da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima - COP21. 2015. Ministério das Relações Exteriores. Disponível em: <<https://www.gov.br/mre/pt-br/centrais-de-conteudo/publicacoes/discursos-artigos-e-entrevistas/presidente-da-republica/presidente-da-republica-federativa-do-brasil-discursos/discurso-da-presidenta-da-republica-dilma-rousseff-durante-sessao-de-abertura-da-21-conferencia-das-partes-da-convencao-quadro-das-nacoes->>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SANTANA, Carlos Ribeiro. Política externa em perspectiva: um balanço sobre a diplomacia dos presidentes Collor, Itamar, Cardoso e Lula. Carta Internacional. 2006. Acesso: 3 de dez. de 2020.

SERRA, José. DISCURSO DE POSSE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES JOSÉ SERRA 18 DE MAIO DE 2016. 2016. CENTRO DE HISTÓRIA E DOCUMENTAÇÃO DIPLOMÁTICA. Disponível em: <http://www.funag.gov.br/chdd/index.php/ministros-de-estado-das-relacoes-exteriores/61-ministros-das-relacoes-exteriores/1>. Acesso em: 05 nov. 2020.

SILVA, Marina. Proteção da Amazônia “pra gringo ver”. 2017. Mídia e Amazônia. Disponível em: <<http://midiaeamazonia.andi.org.br/artigo/protecao-da-amazonia-pra-gringo-ver>>. Acesso em: 23 dez. 2020.

SUPERTI, Eliane; PORTO, Jadson Luís Rebelo; MARTINS, Carmentilla das Chagas. Políticas Públicas de Integração Física da Amazônia e a Fronteira Internacional do Amapá. IPEA. Code 2011. Anais do I Circuito de Debates Acadêmicos. 2011. Acesso em: 21 dez. 2020.

TERRA BRASILIS. Incremento de desmatamento - Amazônia legal. 2020. Disponível em: <[http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal\\_amazon/increments](http://terrabrasilis.dpi.inpe.br/app/dashboard/deforestation/biomes/legal_amazon/increments)>. Acesso em 3 dez. 2020.

VIGEVANI, Tullo; OLIVEIRA, Marcelo F. de; CINTRA, Rodrigo. Política externa no período FHC: a busca de autonomia pela integração. Tempo Social, [S.L.], v. 15, n. 2, p. 31-61, nov. 2003. Quadrimestral. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/s0103-20702003000200003>.

Disponível em:

<[https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-20702003000200003](https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702003000200003)>. Acesso em: 20 dez. 2020.